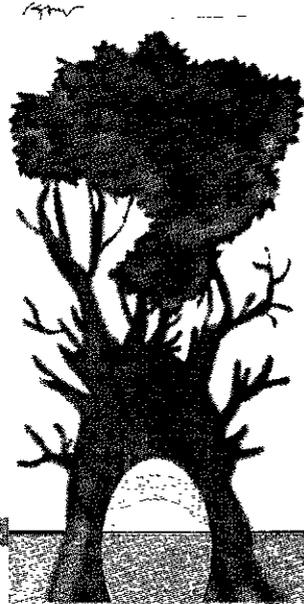


BRASÍLIA-DF



POR ANDRÉ GUSTAVO STUMPF

OS SENADORES ESTÃO FAZENDO UMA DISCRETA REDIVISÃO TERRITORIAL NO NORTE DO BRASIL. SÃO TRÊS NOVOS ESTADOS E TRÊS TERRITÓRIOS



Surge um novo mapa da Amazônia

O Senado aprovou, com apenas um voto contrário, a convocação de plebiscito, a ser realizado em 52 municípios do noroeste de Mato Grosso, para decidir a criação do novo estado do Araguaia. O debate foi interessante. Chama atenção o fato de a Amazônia reunir quase 60% do território nacional e dispor de apenas nove unidades da federação brasileira.

A última redivisão realizada no território brasileiro ocorreu em 1988, quando a Assembleia Constituinte criou o estado de Tocantins, elevou à condição de estado os territórios do Amapá e de Roraima e incorporou a Pernambuco a ilha de Fernando de Noronha. Desde então a Federação brasileira é composta de 26 estados e o Distrito Federal. A Amazônia tem a sua divisão básica muito assemelhada àquela desenhada pelo colonizador português.

Os tempos mudaram. O Exército desenvolve com lentidão seu projeto Calha Norte. É algo semelhante ao que se fez, no início do século passado, na fronteira sul.

Trata-se de incentivar o surgimento de pequenos núcleos habitacionais ao longo das divisas com países vizinhos. É a fronteira viva. No entanto, são regiões remotas, de difícil acesso e sem nenhum dos confortos da cidade grande. Não é fácil convencer alguém a morar perto da Colômbia.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) é o autor dos projetos de decreto legislativo autorizando a convocar plebiscito para criação de dois estados, além do Araguaia. São eles o do Solimões, a oeste do Amazonas, e o do Tapajós, com 22 municípios, tendo Santarém como capital, também a oeste do Pará. Há ainda a previsão de criação dos territórios federais de Solimões (capital, Tabatinga), Alto Rio Negro (capital, São Gabriel da Cachoeira) e Jurúá (capital, Eirunepé).

Os dois primeiros projetos, os que tratam dos estados de Solimões e Tapajós, já foram aprovados no Senado. Juntou-se à lista, agora, o do Araguaia. A Câmara deverá examinar o assunto e, se aprová-los, o Congresso Nacional promulgará os respectivos decretos legislativos. A interiorização do desenvolvimento e a conquista do território nacional são assuntos em discussão desde que a mudança da capital foi sugerida ainda no tempo do império. Brasília foi imaginada pelo presidente Juscelino como um pólo de desenvolvimento para o Centro-Oeste. Cumpriu sua função. Goiás e Mato Grosso — que era um só na época — conheceram um crescimento notável e se integraram ao país. Tocantins

deu novo alento à região. E mostrou que os problemas de custos e investimentos não são os mais importantes quando se fala em criar novo estado. O estado tem suas contas em ordem, adaptadas à Lei de Responsabilidade Fiscal, e ostenta os melhores índices econômicos da região.

Quando há divisão de estado ou município, os dois ganham. O que fica e o que sai, lembrou o senador Roberto Freire (PPS-PE). O exemplo contrário é o da fusão da Guanabara com o estado do Rio de Janeiro. Esse, no entanto, foi a incorporação de um pelo outro. É curioso que o debate político vai se pautando pela realidade. Boatos sobre cobiça internacional pela Amazônia, misturados com os problemas nas fronteiras secas com o Paraguai e a Colômbia, a presença de agentes norteamericanos na região, tudo isso empurra o brasileiro a descobrir o Brasil. E iniciar a conquista de 60% do território nacional.

Vale a comparação. O Brasil tem 8 milhões 500 mil quilômetros quadrados. O poder político é dividido entre 26 estados e o Distrito Federal. Os Estados Unidos possuem uma área de 9 milhões e 385 mil quilômetros quadrados dividida em 50 estados, incluindo Alasca e Havaí, além do Distrito de Colúmbia, onde fica a capital, Washington. A pátria do liberalismo é a fonte de inspiração de leis como a de responsabilidade fiscal e dos arrochos financeiros comandados pelo Fundo Monetário Internacional. É um bom exemplo.